ITAMAR FRANCO
2 de outubro de 1992 à 1º de janeiro de 1995
O "Mercurial"
desce a montanha.

JUIZ DE FORA - Definitivamente, "Itamar não é fácil". A presidência da República também não. Ponto. Parágrafo.

Quando assumiu o poder, no rastro do furacão de denúncias que varreu Fernando Collor do Palácio do Planalto, Itamar Franco aprendeu logo duas lições. Primeira: ao contrário do que as aparências fazem supor, a presidência é, essencialmente, um cargo solitário. *(Daqui a pouco, ele falará sobre a sensação de ver desfilar diante dos olhos, em seus "momentos de reclusão" palaciana, nos fins de noite, as imagens de tudo o que poderia acontecer num país eternamente sujeito a solavancos.)*

Segunda lição: quem ocupa a presidência deve estar preparado para ouvir propostas capazes de tirar o sono. Itamar Franco seria surpreendido pela proposta de um grupo de parlamentares – e se o presidente, num arroubo, fechasse o Congresso Nacional para depurar o parlamento da presença de roedores do dinheiro público?

O depoimento que o ex-presidente gravará neste final da manhã foi precedido de incertezas tipicamente itamarinas: durante quatro meses, houve troca de e-mails e telefonemas com assessores do homem, em Juiz Fora e na Embaixada do Brasil em Roma. A matéria complexa chamada Itamar Franco deveria render um curso intensivo: as aulas teriam valia inclusive para amigos próximos – que somente assim seriam capazes de antever as reações do ex-presidente. Forasteiros, como repórteres interessados em extrair confissões da esfinge, aprendem logo a lição: nada é cem por cento fácil com ele.

O ex-presidente aceitara gravar a entrevista por concordar que o depoimento seria uma contribuição para a "memória política brasileira". Antes, porém, preferiria esperar o encerramento de suas atividades como embaixador na Itália. Semanas depois, cedeu à insistência. A entrevista poderia ser feita em Roma. Faltava marcar a data. Por fim, uma novidade: o homem viria ao Brasil. Quem sabe se a entrevista não poderia ser feita em Belo Horizonte? Ah, não, é melhor marcar em Juiz de Fora, para aproveitar a passagem do embaixador pela cidade. Um ex-secretário de Itamar Franco no governo de Minas Gerais, o empresário Omar Peres, hoje dono da TV Panorama, em Juiz de Fora, fez o apelo final. O entrevistado fugidio finalmente entregou os pontos.

Lá vem ele. São onze da manhã. Itamar prefere gravar a entrevista na sede da TV Panorama. Quando desce do banco traseiro de um carro de vidros escuros, exibe a inconfundível contribuição capilar dada à iconografia política brasileira: o célebre topete, alegria dos cartunistas. Não faz frio, mas Itamar enverga um suéter sob o paletó azul escuro. A gravata é vermelha.

Como se fosse um candidato prestes a debater com adversários eleitorais, o ex-presidente traz debaixo do braço uma pasta com documentos que compulsará para reforçar o que diz. Guarda com especial cuidado um texto em que o ex-ministro Delfim Netto elogia a performance do governo Itamar na área da economia. As palavras de Delfim são a arma que Itamar faz questão de empunhar para se defender da rejeição que (ele jura) São Paulo lhe devota. Não se conhecem demonstrações da suposta rejeição paulista a Itamar. Mas, na intricada psicologia itamarina, há sempre espaço vago para acomodar desconfianças desse calibre.

Uma frase famosa, atribuída a Tancredo Neves, diz que Itamar guarda rancor na geladeira. Eis um exemplo: o ex-presidente não engole até hoje a capa que a revista *Veja* lhe dedicou no início do mandato, com uma manchete que questionava a estatura do ministério recém-nomeado. Quando Itamar deixou o governo, contudo, a mesmíssima *Veja* publicou um balanço que lhe era francamente favorável.

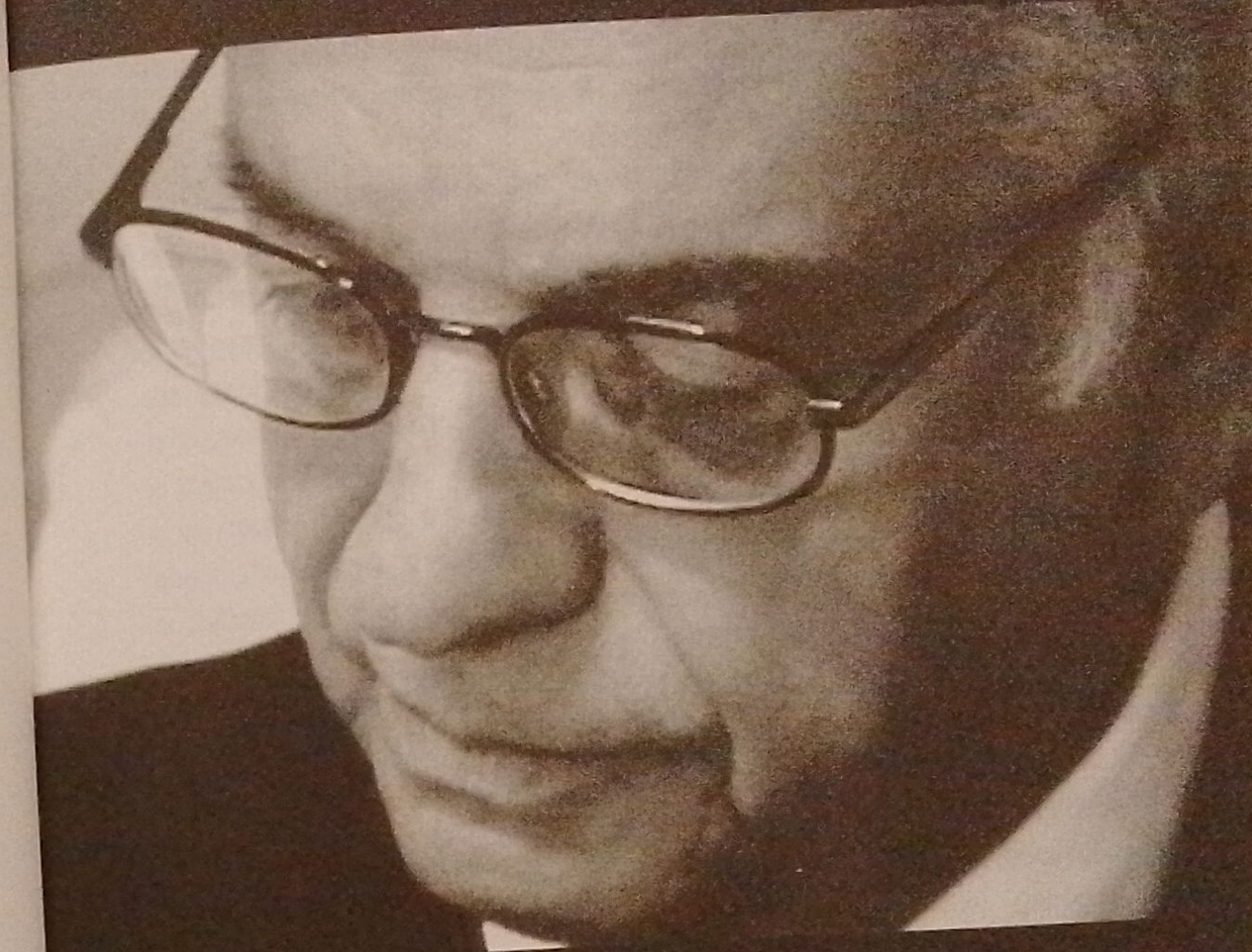
Assinada pelo jornalista Roberto Pompeu de Toledo, a longa matéria – "Enfim, um presidente que deu certo" – lembrava o marco zero da era Itamar: "Um veterano sócio do clube juiz-forano, Mauro Durante, já advertira, semanas antes, ao observar que o movimento no gabinete do vice aumentava na medida em que se tornava mais real o *impeachment* de Collor: 'Os urubus estão chegando'. Agora, urubus, perigosas águias, pacíficas pombas, papagaios tagarelas e caladas corujas, sem esquecer os tucanos, comprimiam-se naquele pequeno espaço, em que encontravam um presidente tão falto de solenidade que nem preparara discurso para a ocasião".

Pois bem: Itamar, hoje, não cita os elogios da revista. Prefere guardar, em prateleira de honra da geladeira dos rancores, a capa que o enfureceu. "Itamar não é fácil" é a frase que se ouve à exaustão entre os que tiveram a oportunidade de conviver com ele. Quando prefeito de Juiz de Fora, no início dos anos 1970, Itamar deixou para os 44 minutos do segundo tempo o anúncio da decisão sobre se renunciaria ao cargo para concorrer ao Senado Federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB, partido de oposição ao regime militar). Era uma aposta arriscada. Ninguém imaginava que o MDB fosse obter, meses depois, uma vitória estrondosa em 16 estados. O último lance da pré-candidatura de Itamar Franco entrou para o folclore político de Juiz de Fora: um assessor atrasou o relógio da Prefeitura, para que a renúncia fosse formalizada a tempo. O prefeito Itamar terminou encarando o desafio de se candidatar ao Senado.

Durante a campanha, viveu uma situação que só fez engordar

as lendas que correm sobre suas reações inesperadas. Numa época em que os programas de propaganda eleitoral eram feitos ao vivo, o adversário de Itamar mandou exibir, no ar, uma cadeira vazia. O locutor do programa bradava: "Cadê o covarde que não vem debater?" Enraivecido, Itamar disparou até a emissora TV, chutou a porta do estúdio, sentou-se na cadeira vazia e desafiou: "Estou aqui para o debate!" O programa foi imediatamente retirado do ar pelo juiz eleitoral. "Naquele tempo, era assim: ninguém tinha marqueteiro!", comenta, ao narrar a bravata.

Quando convidado por Fernando Collor para ser candidato a vice, nas eleições presidenciais de 1989, Itamar Franco protagonizou de novo intermináveis cenas de suspense antes de tomar a decisão. Disse "sim". Terminou virando presidente, o que lhe garantiu de uma vez por todas a fama de "sortudo". Itamar Franco aceita de bom grado o adjetivo. Mas despachará diretamente para a geladeira dos rancores quem disser que ele escalou a rampa da política por obra e graça do "acaso". Com uma ponta de irritação, lembra que virou presidente não por acaso, mas porque a Constituição assim determinava. Recusa-se a estender a pesada troca de farpas com o antigo cabeça-de-chapa, Collor. Fora da gravação, diz que começou a discordar do então presidente já na primeira semana de governo, quando do traumático confisco do dinheiro depositado em cadernetas de poupança e em contas correntes. "Ali aconteceu o primeiro conflito", confessa.

Os vocábulos estocados nos dicionários da língua portuguesa não são suficientes para adjetivar a personalidade do engenheiro Itamar Augusto Cautiero Franco. O homem já foi chamado de temperamental. Imprevisível. Surpreendente. Indecifrável. Enigmático. Um adjetivo, contudo, ficou colado ao nome de Itamar Franco quase como se fosse outro sobrenome: "mercurial". O problema é que a palavra não existe nos dicionários – pelo menos,

Os vocábulos estocados nos dicionários da língua portuguesa não são suficientes para adjetivar a personalidade do engenheiro Itamar Franco.

Itamar exibe a
inconfundível
contribuição capilar
dada à iconografia
política brasileira:
o célebre topete,
alegria dos
cartunistas.

Que segredo o senhor teve de guardar quando estava na presidência mas hoje pode contar?

Não sei se posso contar todos os segredos. De pronto, posso mencionar um, ocorrido quando assumimos o governo. Dentro da turbulência e da falta de auto-estima que o País vivia, nosso primeiro objetivo, naquele momento, era a manutenção do estado de direito e da democracia. Eu, particularmente, tinha lutado pela democracia desde jovem, desde que tinha sido prefeito de Juiz de Fora. A primeira preocupação, portanto, era essa.

Quando estava tentando formar o ministério, falei com uma figura muito importante, que ocuparia um cargo fundamental. A resposta que obtive foi: "Itamar, gosto tanto de você, mas, pelo amor de Deus, me deixe onde estou, porque você não vai durar 48 horas na presidência". Aquilo realmente me trouxe preocupação.

Resolvi substituir os ministros militares, por quem tinha muito respeito. Sempre tive, aliás, muito respeito pelas Forças Armadas. Mas eu tinha de fazer a substituição dos ministros militares. Fernando Henrique Cardoso, a quem nós já havíamos escolhido para ser ministro das Relações Exteriores, assustou-se um pouco: achou que aquilo poderia impedir a continuidade do governo.

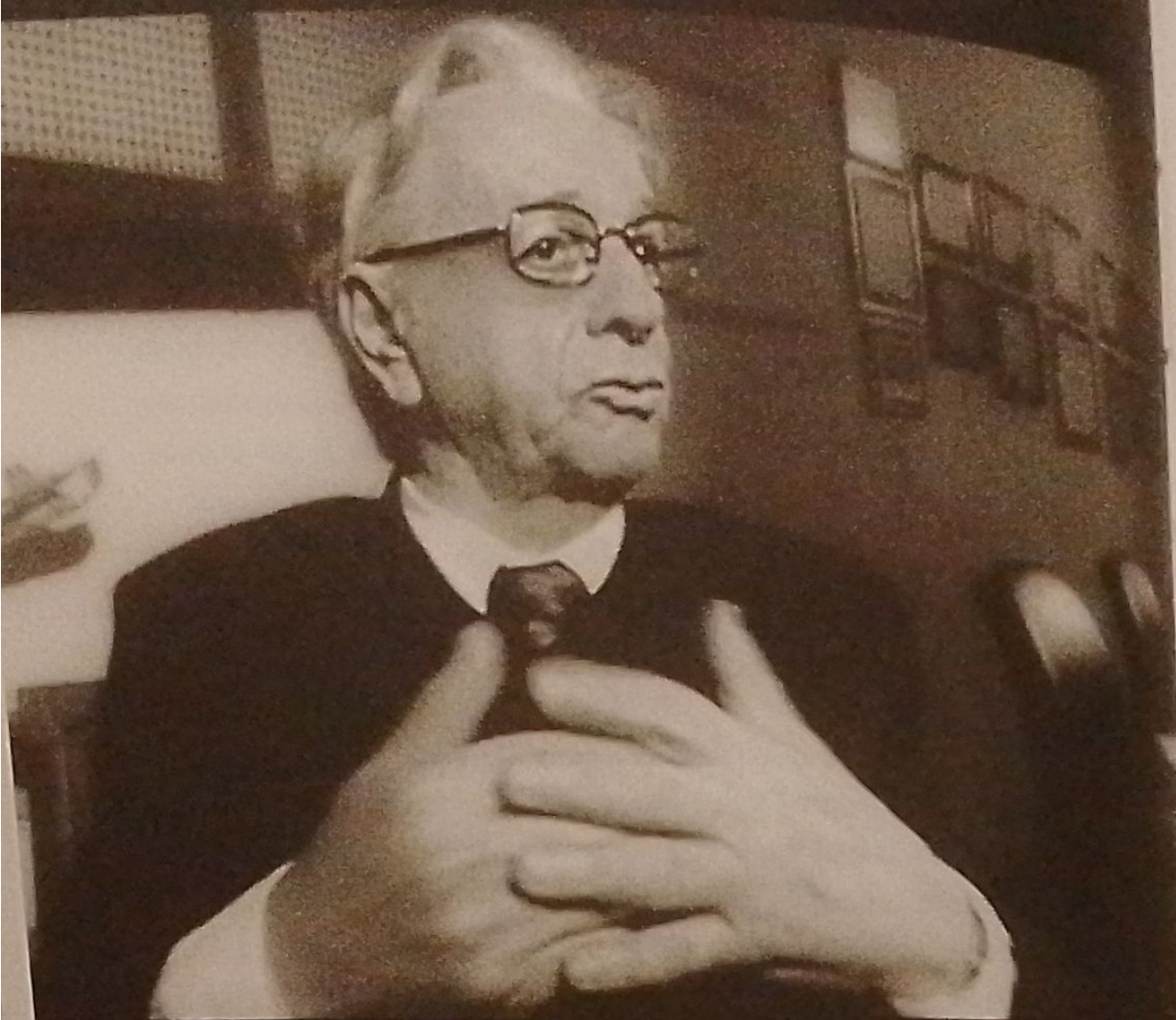
Tivemos durante algum tempo a sensação de que poderia não haver uma continuidade – sobretudo depois que determinada revista, já na primeira semana após a nossa posse, publicou, na capa, um título provocado pelo fato de que não havíamos nomeado nenhum ministro de São Paulo para a área do Ministério da Fazenda ou do Planejamento. Tínhamos escolhido um nordestino e um mineiro: Gustavo Krause, para a Fazenda, e Paulo Haddad, para o Planejamento, dois grandes ministros, dois grandes amigos. Mas a revista veio assim: "Ministros pífios" *(o ex-presidente refere-se à Veja – que, na edição de 7 de outubro de 1992, estampava na capa o seguinte título: "Início pífio: Itamar monta um ministério de compadres")*. A gente já imaginava que atrás daqueles "ministros pífios" poderia haver outro movimento...

O importante é que, ao longo do processo que vivi como presidente da República, sempre me preocupei, até por formação, com a manutenção do estado de direito. É uma formação que vem de dentro de casa e também da atividade política, desde os tempos de prefeito da minha querida cidade de Juiz de Fora. Tantos lutaram pelo estado de direito, um ideal que perseguimos ao longo da vida. Queríamos também dar ao País uma nova ordem econômica, o que terminou acontecendo, realmente.

É verdade que o senhor recebeu uma sugestão para fechar o Congresso?

Você vai me colocar numa situação difícil. Mas é verdade. Só não vou dizer o nome dos parlamentares. Vou preservar o nome dos parlamentares porque acho que devo manter esse detalhe sem uma revelação pública. Nós estávamos no palácio, quando dois deputados e um senador entraram de repente, abruptamente, no gabinete e disseram: "O Congresso enfrenta uma crise muito séria. Há corrupção generalizada na área da comissão de orçamento. Quem sabe, você fecharia o Congresso? Faria uma limpeza e, então, daríamos uma nova ordem institucional ao País".

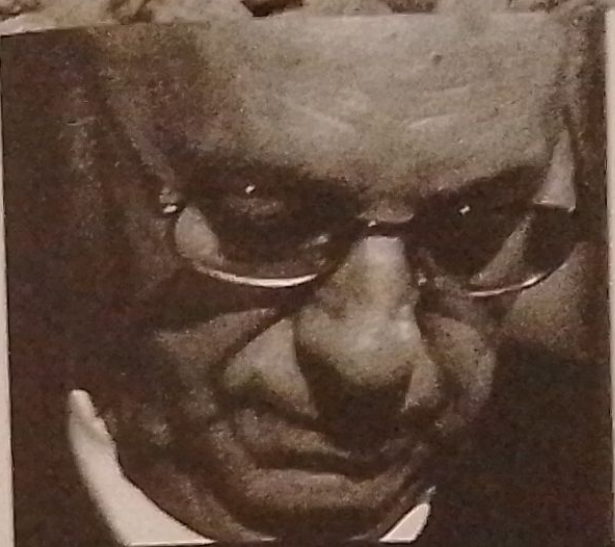
Falei: "Não! Não! Eu quebraria tudo aquilo que aprendi desde jovem, tudo aquilo que sinto. O Congresso é fundamental num processo democrático. Comigo não contem! Vamos resolver a crise no Congresso. O governo dará todo o apoio que for necessário". Tanto deu que criou uma comissão de notáveis, encarregada de dar tudo aquilo que a comissão orçamentária precisasse. O que se viu ? Deputados foram cassados.

Quando ouvi a proposta, vivi uma hora difícil. Houve uma segunda vez, um diálogo mais particular. "Vamos fechar o Con-

"Não vou dizer os nomes dos parlamentares. Disseram: 'Há corrupção generalizada na comissão de orçamento. Você fecharia o congresso?'..."

gresso, vamos limpar, vamos fazer assim, tipo De Gaulle?" *(Em meio à crise provocada pelos protestos de estudantes e operários em 1968 em Paris, o general Charles De Gaulle, presidente da França, dissolveu o parlamento, convocou novas eleições e obteve grande vitória eleitoral.)* Respondi: "Como 'tipo De Gaulle'? Nós estamos longe da França! Vamos manter a situação. A minha idéia é: custe o que custar, nós entregaremos a faixa ao novo presidente da República, que será eleito democraticamente, como exige e quer a sociedade brasileira. Tenho pedido a Deus que me dê sempre humildade, sabedoria e, sobretudo, equilíbrio para que possa entregar o governo ao sucessor de uma maneira democrática".

Em que altura do mandato o senhor recebeu a sugestão dos deputados e do senador para fechar o Congresso Nacional?

A proposta foi feita logo que houve a crise da comissão de orçamento. Deve ter sido em outubro, novembro de 1993. A crise continuou em 1994. Por que fechar o Congresso? Por que o Congresso não poderia resolver os seus problemas? Há um aspecto importante: em toda crise, sempre respeitamos as decisões do Congresso. Mas, quando a crise ocorria no Executivo, nós sustávamos imediatamente o problema.

Tive um problema com o chefe da Casa Civil, Henrique Hargreaves, amigo fraternal, a quem eu conhecia há anos. O pai de Hargreaves tinha sido meu líder na Câmara dos Deputados. Tenho, portanto, uma amizade fraterna com o ministro Henrique Hargreaves. Quando houve um episódio em que estavam querendo envolvê-lo, o próprio Hargreaves me procurou: "Itamar, é melhor eu sair. Depois, se você quiser, volto. Mas só depois que eu resolver o problema". Assim aconteceu. *(Acusado de ter ligações com irregularidades descobertas na comissão de orçamento do Congresso, o chefe da Casa Civil se afastou em novembro de*

1993 e voltou ao cargo em fevereiro de 1994, depois de inocentado.) O então ministro da Fazenda, hoje deputado, Eliseu Resende, é um grande amigo que tenho. Mas eu dizia: "Você é o ministro. Quando o Senado da República começa a discutir quem pagou suas diárias de hotel em Nova York, diminui muito o ministro da Fazenda. Infelizmente, você não pode continuar até resolver esse problema". *(Eliseu Resende perdeu o cargo depois da publicação de denúncias de que favoreceria a empreiteira Norberto Odebrecht).* A mesma coisa aconteceu com o ministro das Minas e Energia que, de repente, faz um bilhete em que dizia que uma obra deveria ser dirigida para apoiar o candidato Fernando Henrique Cardoso. Tive de tirá-lo também. *(Em memorando interno que vazou para a imprensa, o então ministro de Minas e Energia, Alexis Stepanenko, recomendava a assessores que programassem a inauguração de obras para antes das eleições.)*

Internamente, portanto, agíamos na mesma hora. Não deixávamos. Podem me negar tudo – menos a percepção de que, em qualquer crise, nós sabíamos que o poder legislativo deveria ter, sempre, a solução dos problemas atinentes.

Qual foi o pior conselho que o senhor ouviu quando era presidente da República?

Prefiro não dizer. Recebi conselhos complicados. Em um regime presidencialista, o presidente é um homem solitário. Não se deve achar que o presidente tem aqueles que o cercam, os amigos, os ministros. É diferente quando o presidente vai para o quarto: em seus momentos de reclusão, ele vê passar rapidamente diante dos olhos e na mente tudo o que acontece e o que pode acontecer no País. Certos conselhos que recebi prefiro não revelar: foram tão tenebrosos que prefiro lembrar das coisas boas do meu governo.

"O presidente é um homem solitário. Em seus momentos de reclusão, ele vê passar rapidamente diante dos olhos e na mente tudo o que pode acontecer no País."

Mas o pior foi o de fechar o Congresso?

Houve um pior.

Não quer dar nenhuma pista?

Não. Mas vamos ser sinceros: fechar o Congresso é complicadíssimo. Tivemos um presidente que fechou o Congresso durante dias. *(O Congresso Nacional foi posto pela última vez em recesso no governo do general Ernesto Geisel, em abril de 1977, com base no Ato Institucional nº 5 – que conferiu poderes ilimitados ao Executivo de dezembro de 1968 a outubro de 1978.)* Não foi bom para o País. Como não é boa para o País nenhuma crise. O governo acha que a crise não existe. Pensa que a crise pode ser tamponada e escondida, tenta impedir que uma Comissão Parlamentar de Inquérito se instale. Isso é mau para o País. Porque a crise se agrava e se aprofunda. É o que acontece também quando o presidente resolve manter nos cargos elementos do governo que estão processados pelo Supremo Tribunal Federal ou acusados deste ou daquele delito. Não estou entrando no mérito. Mas estou dizendo que são quistos que não devem existir. Isso, no entanto, é problema de cada presidente.

Qual foi o momento mais dramático que o senhor viveu no Palácio do Planalto?

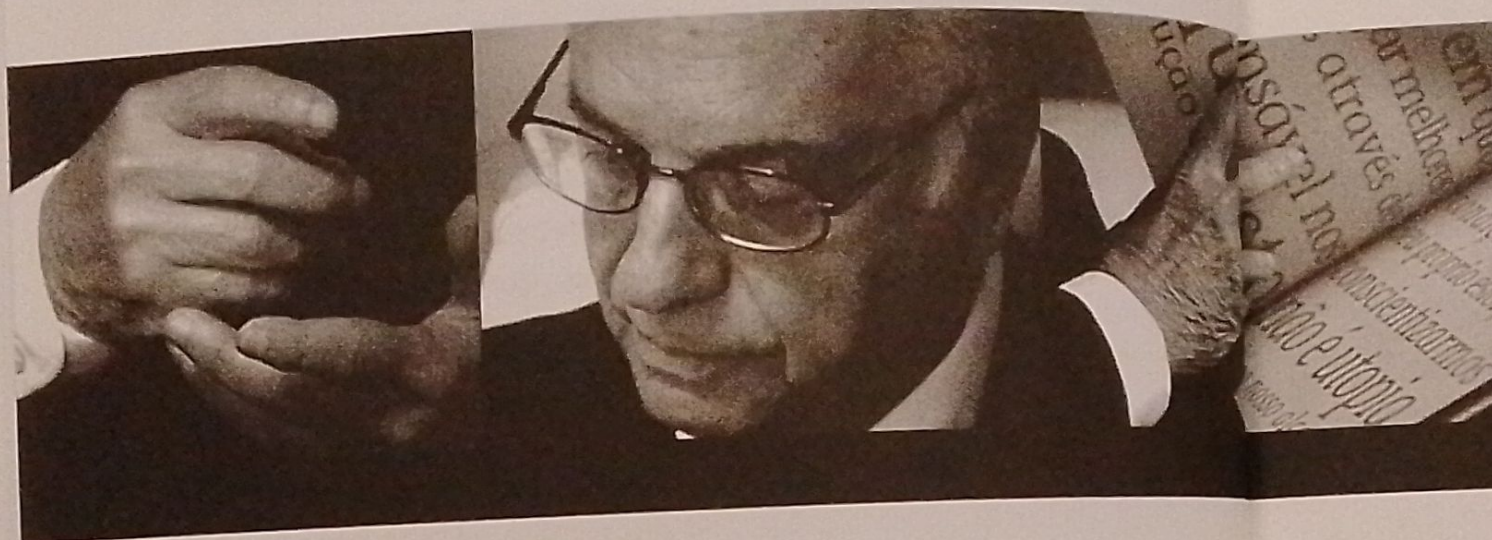
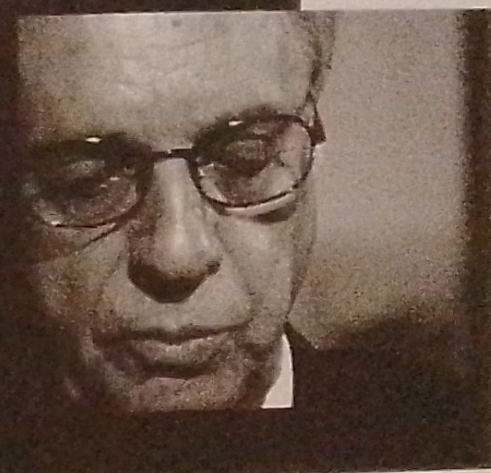
Quer queira ou não, o presidente é um homem solitário no regime presidencialista – sobretudo, nas crises e nos momentos em que precisa tomar decisões difíceis. São decisões que, às vezes, chocam a alma e a mente do presidente. Defendo o regime parlamentarista desde que era rapaz, desde os tempos de estudante de engenharia. Basta dizer que o meu diretório acadêmico foi um dos primeiros a imprimir o parlamentarismo no estatuto. Imagine só: engenheiros estudando o parlamentarismo! Coincidentemente, fui orador da turma de engenharia: meu paraninfo, o doutor José Bonifácio, fez um discurso de apologia ao parlamentarismo, uma idéia que sempre me impregnou.

O parlamentarismo resolve facilmente as crises. É o que se vê na Itália. O presidente fica imune a qualquer crise. Cai o primeiro-ministro ou cai o gabinete, mas a nação não sofre nenhuma perturbação forte. Já as turbulências do presidencialismo podem levar a crises institucionais, se não se tomar cuidado. São crises institucionais que, às vezes, independem do presidente e independem da própria sociedade. Mas, quando a crise avança... Costuma-se dizer no Senado: "A gente sabe como uma CPI começa, mas nunca sabe como termina".

Os momentos mais dramáticos foram as primeiras noites. Aquilo martelava os meus ouvidos: "Não dura 48 horas. Não dura 48 horas". Devo dizer que aquilo não apenas martelava os ouvidos, mas machucava a alma e obrigava a mente a achar que aquela era uma expressão que não vingaria num país que tinha lutado tanto para alcançar a democracia.

Em que momento o senhor teve, intimamente, a certeza de que afinal assumiria a presidência?

Custei a ter o momento de certeza. Sinceramente, nem saberia dizer, hoje, qual foi. Pode até o senhor não acreditar, ou o telespectador, mas eu não acreditava que o presidente seria impedido. Jamais acreditei! Poderia ele próprio acreditar. Poderia o povo. Mas custei a acreditar: depois de ter sido senador por 16 anos, eu sabia da dificuldade do Congresso Nacional em impedir um presidente da República. Era a primeira vez que se fazia algo assim.

IMPEACHMENT

"Eu sabia da dificuldade do Congresso Nacional em impedir um presidente da República. Era a primeira vez que se fazia algo assim."

O ex-presidente Collor diz que o senhor conspirou contra ele desde o primeiro dia do governo. Que resposta dá a essa acusação?

Não quero polemizar com esse cidadão. Prefiro buscar o testemunho de um homem que foi da "tropa de choque" do então presidente, grande senador e grande figura da política brasileira: Ney Maranhão. Nós continuamos amigos – e ele continua amigo do ex-presidente. Em entrevista que deu em Pernambuco, o senador Maranhão diz: "...Quando eu chegava, descia para o apartamento de Itamar para convencê-lo a se candidatar a vice-presidente. Eu dizia que ele, quando terminasse o mandato de senador, teria dificuldades. Itamar me dizia: 'Mas Ney, esse homem é doido. Como é que esse homem vai poder governar o País, se nós temos, hoje, disputando, Ulysses Guimarães, Leonel Brizola, Mário Covas, contra Lula?' E eu dizia a Itamar: 'Ele é um doido igualzinho a você. Dois doidos vão dar certo'."

Era o conceito que Maranhão tinha de mim. Nem sabia que ele tinha o conceito de que éramos doidos. Mas aqui vem a resposta que tenho de guardar para qualquer momento da minha vida pública, porque, para mim, é fundamental. Se amanhã eu já não me encontrar na face da Terra, alguém vai se lembrar. Além de ser da tropa de choque, o senador Maranhão caiu com o ex-presidente: defendeu-o até o fim. É uma figura importante. Não sou eu quem falo. Eis o depoimento – o título é *A verdade surpreende: em depoimento ao professor Arnaldo Santos, pesquisador encarregado de defender uma tese de doutorado sobre o* impeachment, *o ex-senador Ney Maranhão faz revelações surpreendentes.*

Pergunta-se ao senador Maranhão: "O presidente Itamar conspirou?" Vou repetir: o presidente Itamar conspirou? Ney Maranhão responde: "De jeito nenhum". O entrevistador vai além: "E José Aparecido de Oliveira e Henrique Hargreaves, políticos mineiros, conterrâneos e aliados do então vice-presidente Itamar, que viriam a fazer parte do governo, estiveram envolvidos na situação do *impeachment?*" Palavras de Ney Maranhão: "Não. O presidente Collor discorda de mim. Tenho feito uma séria discussão com ele. Conheço Itamar Franco: ele não mexeu uma vírgula. Pelo contrário. Quando assumiu a presidência da República, baixou um decreto dando todos os direitos de presidente da República ao presidente Collor. Isso foi cassado por um juiz".

Creio que, aqui, respondo a pergunta, mais do que se dissesse que não. Não vou ficar debatendo. O ex-presidente pensa lá. Maranhão pensa aqui, por mim.

O que fez o senhor chorar no palácio?

Os olhos se encheram de lágrimas, sim, antes, na morte do presidente Kubitschek, mas também diante das ingratidões que você recebe ou diante de comentários que não correspondem à realidade. Houve uma coisa que me machucou profundamente. Digo-lhe que eu já deveria ter superado esse fato, mas não consigo superar até hoje. Fui, desde o início, criado pela minha querida mãe, Itália Cautiero Franco, que ficou viúva muito cedo. Quando minha mãe estava no leito de morte, eu me desloquei aqui para Juiz de Fora, onde comecei a despachar com ministros de Estado. De repente, um jornal faz um editorial da maior violência para dizer que eu não poderia estar na cidade de Juiz de Fora: deveria estar em Brasília.

Depois, disseram-me quem foi o sujeito que escreveu o editorial. Não me interessa recordar quem foi. Mas quem escreveu foi cruel porque não teve o sentimento de um momento que era muito triste para mim. Não era triste para ele, mas, para mim, era: a perda de minha mãe. Poucos dias depois, ela faleceu. O autor do editorial fazia uma comparação mesquinha. Dizia que eu deveria estar em Brasília, não no leito de morte da minha mãe.

Preferi estar no leito de morte de minha mãe! Aquilo me doeu. Digo-lhe: ali, sim, as lágrimas vieram – por minha tristeza e pela mesquinhez desse jornalista.

Qual foi o comentário mais surpreendente que o senhor ouviu de um dirigente estrangeiro?

Sempre imaginaram que o Brasil não era um país realmente democrata. Pensavam que não éramos um país que buscava, como sempre buscou, o estado de direito. O Brasil vivia sob um estado de direito no final do meu governo. Fomos nessa época, em dezembro de 1994, à famosa Cúpula das Américas, a reunião em que se ia discutir a Alca (*Área de Livre Comércio das Américas*), em Miami.

Resolvi levar comigo o presidente eleito Fernando Henrique Cardoso. Eu era o presidente da República, ele era o presidente eleito. O fato de eu levar o presidente eleito Fernando Henrique Cardoso e dar a ele todas as honras, a ponto até de me afastar um pouco, surpreendeu aos que pensaram "O Brasil, então, mudou! O Brasil tem um presidente que traz o presidente eleito!" Por que eu levei? Porque ele tinha sido eleito por nós. A eleição de Fernando Henrique Cardoso dependeu do Plano Real, sobretudo. Pode ele não gostar, porque costuma dizer que ele é quem fez o Plano Real.

Não discuto nem brigo: um dia, vão ver que a assinatura não foi a de Fernando Henrique. Porque muitos trabalharam no Plano Real: Paulo Haddad, Gustavo Krause, Eliseu Resende, Fernando Henrique Cardoso e o grande sacerdote do plano, o ministro da Fazenda, Rubens Ricúpero. Lamentavelmente, o ministro Ricúpero teve de sair, pelas condições que todo o Brasil conhece. Depois, veio o ministro Ciro Gomes, a quem muito devo também. Mas, naquele instante, Fernando Henrique se agarrou ao

Plano Real. Como o plano não era uma planta de beira de rio, que vai embora na primeira enchente, Fernando Henrique ficou agarrado a ele. Assim, elegeu-se, independentemente de todas as qualidades que tenha.

(Ao todo, o presidente Itamar teve seis ministros da Fazenda: Gustavo Krause – outubro de 1992 a janeiro de 1993; Paulo Haddad – janeiro a março de 1993; Eliseu Resende – março a maio de 1993; Fernando Henrique Cardoso – maio de 1993 a abril de 1994; Rubens Ricupero – abril a setembro de 1994; Ciro Gomes – setembro de 1994 a janeiro de 1995.)

Quando o presidente eleito Fernando Henrique foi comigo para Miami, deixei que ele aparecesse sempre em primeiro plano. Em outras ocasiões, durante meu governo, deixei que ele aparecesse em primeiro plano, ao contrário do que esperavam os que não o queriam como meu candidato. Eu, às vezes, até me afastava. Ria quando a imprensa dizia: "Fernando Henrique é o primeiro-ministro..."

Eu até achava bom, porque aquilo favorecia um homem que, nas primeiras pesquisas *(eleitorais)*, tinha 16% *(de intenções de voto)* contra 44% de Lula. Fernando Henrique, então, precisava aparecer comigo. Isso era feito não porque eu fosse bobo: era proposital! Mas a imprensa achava que eu era bobo. Fui deixando Fernando Henrique ser "primeiro-ministro". Preciso dizer, aqui, o seguinte: depois de muito tempo na história republicana, nós fizemos o nosso sucessor – e sem usar a máquina administrativa!

Quando levei o presidente eleito comigo para a reunião de Miami, presidentes que ali estavam – acredito que até o presidente Bill Clinton – notaram: "Interessante – o Brasil traz o presidente eleito. O processo democrático vai ter continuidade com Fernando Henrique Cardoso".

Se o senhor fosse escrever um verbete sobre Itamar Franco numa enciclopédia, qual seria a primeira frase?

As primeiras palavras seriam: democrata e probidade. Poderia resumir tudo na frase de Descartes: "Penso, logo existo". Eu me definiria como Descartes: eu penso. Se penso, existo. Para uns, existo. Para uma minoria, talvez eu não exista.

Quero, até como uma homenagem ao ex-ministro Delfim Netto, citar o que ele disse numa palestra que fez para empresários paulistas. É importante para mim. Não sou eu quem diz: é Delfim Netto, homem do maior respeito. Tenho, particularmente, o maior respeito pela inteligência do ex-ministro. Entre outras coisas, ele disse o seguinte: "Nós estávamos muito próximos do equilíbrio no final do governo Itamar Franco. O Itamar é muito mal julgado".

Aqui estaria, então, o meu verbete: "mal julgado". Repito: não sou quem o diz, mas o ministro. É verdade: ele sabe que sou mal julgado, sobretudo pela gente paulista. Não sei por quê. Não pela gente, não pelo povo... Disse o ministro Delfim Netto *(ao empresariado paulista)*: "Todos os números do governo de Itamar Franco eram excelentes, menos a inflação. Mas os demais, como superávit em contas correntes, superávit primário, eram excelentes. Nós estávamos muito próximos dos indicadores com os quais o mundo nos julga. É assim que os senhores julgam os seus clientes. Quando vamos julgar nossos clientes, a primeira coisa que queremos saber é quanto ele fatura e quanto ele já deve. É o que o mundo nos pergunta, a cada vez que me apresento: quanto você produz e quanto você deve? Nós estávamos perto desses indicadores no final do governo Itamar Franco".

Se pudesse escrever o verbete, eu tiraria minha frase – importante, sobre probidade e democracia – para colocar o que pensa o ministro Delfim Netto. Não sou eu quem falo, não sou eu quem

falo. O que Delfim Netto diz não coube só a mim, mas a todos os que trabalharam comigo. O *(crescimento do)* Produto Interno Bruto brasileiro de 1994 foi de 5,9%. Desde aquela época, até hoje, ainda não vi, salvo engano, o Produto Interno Bruto brasileiro alcançar 5,9%.

Quando me combatem, às vezes fazem-no de má-fé. Não me combatem fazendo a crítica, que precisa ser feita. Combatem-me porque não gostam do senhor Itamar. Mas aqui estão não só as palavras do ministro Delfim Netto, mas os próprios indicadores econômicos. O que legamos ao País foi não só a manutenção do estado de direito, mas, sobretudo, o Plano Real.

O senhor, em algum momento, pensou em renunciar à presidência?

Em nenhum momento! Assumi a presidência. Podia ver um jornalista, nem sei o nome do fulano, dizendo "Ah, Itamar Franco chegou lá por acaso". Cheguei por acaso, não! Eu era vice-presidente da República. Cheguei à presidência, primeiro, por Deus, depois, pela Constituição – que me garantiu. Não fui, aliás, o único vice-presidente que chegou à presidência da República. Não vamos enumerá-los aqui.

Uma versão diz que o deputado Ulysses Guimarães pensou que o senhor renunciaria junto com o então presidente Collor. Em algum momento essa possibilidade chegou a ser discutida?

Eu tinha muita estima pelo presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães. É preciso lembrar que fui o nono a assinar a ficha nacional do PMDB. Fui o primeiro presidente do PMDB de Minas Gerais. Quando grandes lideranças mineiras fundaram o PP *(Partido Popular)*, poucos de nós fundamos o PMDB em Minas Gerais. O lançamento do partido foi feito a 18 de outubro de 1980, em Ouro Preto, com a presença dos senadores Paulo Brossard, Pedro Simon e Teotônio Vilela – que brincou comigo: "Eu estou morrendo de frio aqui nesta terra! Pelo amor de Deus!"

São fatos que caracterizam bem minha convivência com Ulysses Guimarães. Nunca – mas nunca, nunca, nunca, nunca, nunca! – alguém me disse que caberia a Ulysses assumir a presidência da República no meu lugar. O que aconteceu é que, antes, quando da doença do presidente Tancredo Neves, episódio lamentável para todos nós, surgiu a dúvida sobre se o presidente deveria ser Ulysses ou Sarney. Mas comigo, não. O senador Pedro Simon participou de reuniões minhas com Ulysses Guimarães: nunca se tocou nesse ponto.

Há uma passagem importante com o senador Simon, meu líder no Senado. Simon não defendia a candidatura de Fernando Henrique Cardoso, assim como um grande jornalista, João Emílio Falcão – de quem tenho muitas saudades – e o senador Jamil Haddad. Falcão chegava perto de mim: "Itamar, pelo amor de Deus, veja quem você vai colocar!" Simon também discordava. Chegou perto de mim e disse: "É hora de decidir!" Temos amizade até hoje. Tenho por ele um respeito imenso. É uma das grandes figuras do Brasil, uma das grandes figuras que conheci na vida pública. Rendo aqui a minha homenagem. Havia uma reforma constitucional em 1993. Simon, então, me disse: "Vai se discutir agora. Vamos colocar a reeleição?" Respondi: "Pelo amor de Deus, não! Sou contra a reeleição porque ela quebra uma tradição brasileira. Não vai dar certo, Simon, pode anotar!"

Não sei se ele anotou: "A reeleição no Brasil não vai dar certo". Por que não? Porque mal o sujeito é eleito, vai logo buscar a reeleição. Começa a fazer uma série de acordos e coisas que não interessam à democracia brasileira. A reeleição feriu a cultura brasileira. Feriu a Constituição, que vinha de muitos e muitos anos sem considerá-la. Totalmente contrário à reeleição, não per-

miti, à minha época, que fosse estabelecido esse princípio na Constituição. Nem quando estava no governo de Minas me candidatei à reeleição, porque a candidatura ia contra meus princípios.

O senhor já disse que aceitou ser vice-presidente por força do destino. Ser presidente no Brasil é, então, uma questão de destino pessoal?

O destino nunca deixa de estar em nossas vidas. Veja a figura de Napoleão, um homem que, já aos 9 anos de idade, é levado para uma escola militar. Dizem assim: "Mas ele é um homem de sorte..." Ora, quem não for um homem de sorte, em qualquer setor da vida humana... Eu ia usar agora uma expressão chula. Prefiro não usar. Digo apenas que é preciso ter um pouquinho de sorte. Que todos tenham.

Não fui presidente da República por acaso. Fui instado a ser vice-presidente. O senador Ney Maranhão ficou trinta dias enchendo a minha cabeça, ele e Daniel Tourinho (*ex-presidente do Partido da Reconstrução Nacional–PRN, legenda de Fernando Collor na campanha de 1989*). Já ia me esquecendo de Daniel Tourinho. Acabei aceitando. Fiz bem ou mal? Acho que fiz bem porque, pelas circunstâncias, pude ser presidente da República.

Se foi o "acaso", é a mesma coisa que ouvimos nas eleições de 1974. Ali é que o País deu a grande virada democrática – não foi com as eleições diretas. Nós, o MDB, elegemos 16 senadores em 22 estados! Vem um repórter e diz: "Chegaram lá pelas águas, chegaram lá por acaso..." Ora, aquilo não foi chegar por acaso! Por que é que ele, o jornalista, não veio pela água e pelos acasos? Poderia ter entrado na corrente e vindo. Mas não veio: ficou lá, bonitinho, no escritório, escrevendo bobagens. Não quis vir. Fui eleito em 1974 e reeleito em 1982, o que já deixou de ser o acaso. Fui sempre eleito em eleições diretas.

O que, afinal, levou o senhor, na presidência, a adotar o Plano Real?

Desde o início, quando tive os ministros Paulo Haddad e Gustavo Krause, tínhamos estabelecido que iríamos logo fazer um plano para combater a inflação, que estava bastante elevada. O Brasil teve outros planos. Não vou citar os presidentes, mas os outros planos fracassaram. Tínhamos de buscar um plano consistente. O plano foi amadurecendo com Paulo Haddad e com o ministro Eliseu Resende, fortaleceu-se com Fernando Henrique Cardoso e configurou-se com o ministro Rubens Ricúpero.

Logo na primeira vez que despachou comigo, o ministro Ricúpero disse: "Presidente, há uma dificuldade em relação ao Plano Real. A equipe" – praticamente a mesma de Fernando Henrique Cardoso – "tem dúvidas: vale estabelecer o plano? Teremos uma eleição complicada. O presidente pode perder ou pode ganhar. Outro problema: ainda não ajustamos o câmbio. Há pilares do Plano Real que talvez não fiquem prontos. São medidas que ficarão para o outro presidente, se ele for Fernando Henrique Cardoso. O que faço?" Respondi: "Ministro, o senhor acha que pode implantar o plano? Vamos lançá-lo em julho. O senhor acha que dá tempo de resolver o problema da equipe, tirar o medo de que podemos perder as eleições por causa do Plano Real e tratar da questão do câmbio?" O ministro me disse: "Vou fazer o possível".

Em determinado dia, o ministro Ricúpero me diz: "O senhor tem condições". A todo momento, ele me levava o que é que estava acontecendo em relação ao Plano Real. Afinal, em 1° de julho de 1994, lançamos o Plano Real. Independentemente do processo político, nós sabíamos que daria certo. Repito: o grande sacerdote do Plano Real foi o ministro Ricúpero.

Sem saber que as câmeras de TV estavam gravando, o ministro Rubens Ricúpero disse: "O que é bom a gente fatura. O que é ruim, esconde". O que de ruim o senhor escondeu do público quando estava na presidência?

O que aconteceu ali foi uma infelicidade do ministro Ricúpero. Para mim, foi uma surpresa ele ter dito aquilo. O que aconteceu? Recebi apelos – inclusive do então governador *(do Ceará)* Ciro Gomes – para manter Ricúpero no cargo de ministro da Fazenda. É um desses momentos em que o presidente fica sozinho. Cabe ao presidente decidir. O Partido dos Trabalhadores, o PT, começou a bater violentamente: dizia que nós tínhamos organizado um plano para vencer as eleições; dizia que estávamos mistificando a nação, dizia que queríamos impor a candidatura de Fernando Henrique Cardoso. Tive de falar com o ministro Ricúpero: infelizmente, para minha grande tristeza naquele momento, já que ele era o sacerdote do Plano Real, eu teria de tirá-lo. Era o meu método de agir: certo ou errado, eu tinha de limpar logo a área.

Depois de tirar o ministro Ricúpero, telefonei ao governador Ciro Gomes, que me disse: "Por favor, mantenha o ministro Ricúpero!" Respondi: "Ciro, estão batendo violentamente. Isso vai trazer um prejuízo à candidatura de Fernando. Acredito até que vá desestabilizá-la". Teria desestabilizado! Ciro me falou: "O que o senhor vai fazer, então?" Eu disse: "Já escolhi!" Ciro quis saber: "Mas escolheu quem?" Eu disse: "Você". Ele ainda me pediu 24 horas. Dessa vez, esperei. Ciro foi um grande ministro.

O senhor tem um método impositivo de indicar ministros?

É uma ação técnica.

Qual é o grande arrependimento do ex-presidente Itamar Franco?

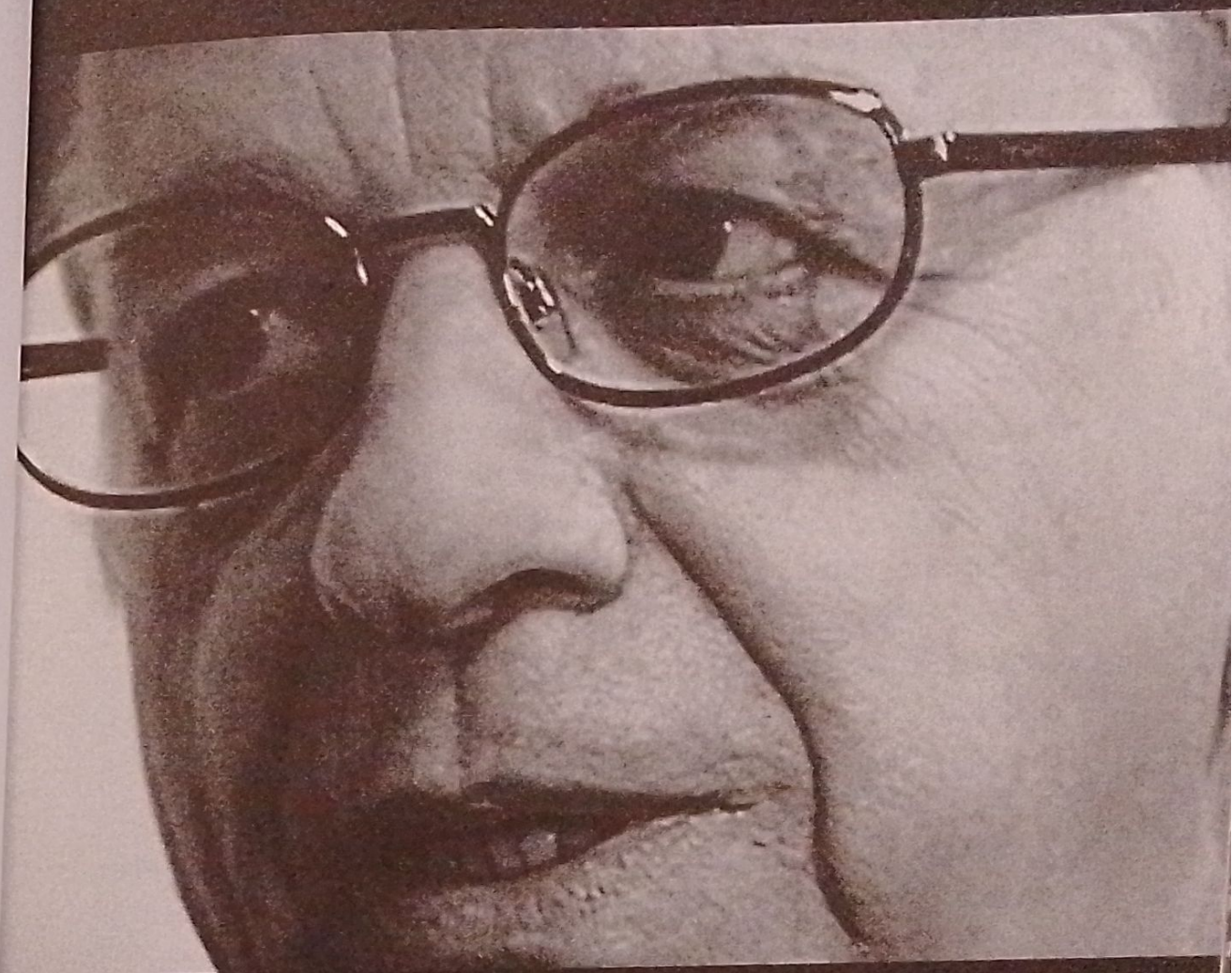
O grande arrependimento... *(faz longa pausa)* Tive arrependi-

mentos, mas qual destacaria como o mais doloroso e mais difícil? Primeiro: exonerar ministros que tinham uma relação fraterna comigo. De qualquer forma, o grande, grande, grande, grande arrependimento foi não dar ao Brasil mais do que poderia ter dado.

Uma das primeiras surpresas do ministério foi a escolha de um político de Pernambuco – o ex-prefeito do Recife, Gustavo Krause – para a pasta da Fazenda. O que levou o senhor a essa decisão?

Já haviam dito que eu não duraria 48 horas na presidência. Não havia, então, tanta gente que quisesse ficar ao meu lado. Mas pude encontrar o espírito público de Gustavo Krause e de Paulo Haddad, a quem eu já conhecia de Minas Gerais. Krause eu conhecia do parlamento. Sou muito grato a eles. Afinal, naquela fase difícil de instalação do governo, num momento em que o País saía de um cataclismo nacional, eles aceitaram.

Mas aí vem a revista – de uma maneira forte – chamá-los de ministros "pífios". Eu me aborreci. Poderia contar lances que viriam a acontecer, no futuro, em relação ao diretor da revista, mas, sinceramente, prefiro me calar. Teria o que falar, contar e revelar. Talvez ele vá se recordar de que um dia, no meu gabinete, presente o ministro das Comunicações, Djalma Moraes, aconteceu um fato que, para mim, foi significativo em relação ao dono desta revista. Prefiro não mencionar o fato. Mas foi algo que me fez olhá-lo nos olhos. Ao olhar para o cidadão, fiquei imaginando que ele se esqueceu de que o mundo gira. São tantos os que se esquecem.

Aqui em Minas, há uma expressão que eu não chamaria de vulgar, mas é interessante: "Dor de barriga não dá uma vez só". Há fatos que acontecem com os que serviram com a gente, com os que se esquecem de nós, com os que não nos cumprimentam mas se serviram do governo. Aliás, devo dizer que fui o primeiro governador de estado a apoiar o presidente Lula, mas há os que, de

"Não era fácil formar a equipe de um governo que iria 'cair' 48 horas depois."

repente, se esquecem dessas coisas. Não sei se é porque não estudaram ou se é porque não querem lembrar, mas as pessoas se esquecem de que a Terra gira em torno do próprio eixo, 24 horas por dia. O giro é muito significativo na vida da gente. Ninguém precisa ser astrônomo para saber.

Há no nosso Brasil figuras que são ingratas. A ingratidão que mais dói é a da vida pública. Faz mal à alma. A gente precisa pedir a Deus para que fortaleça nossa alma e nosso espírito. É por isso que sempre pedi bondade, inteligência e, sobretudo, humildade.

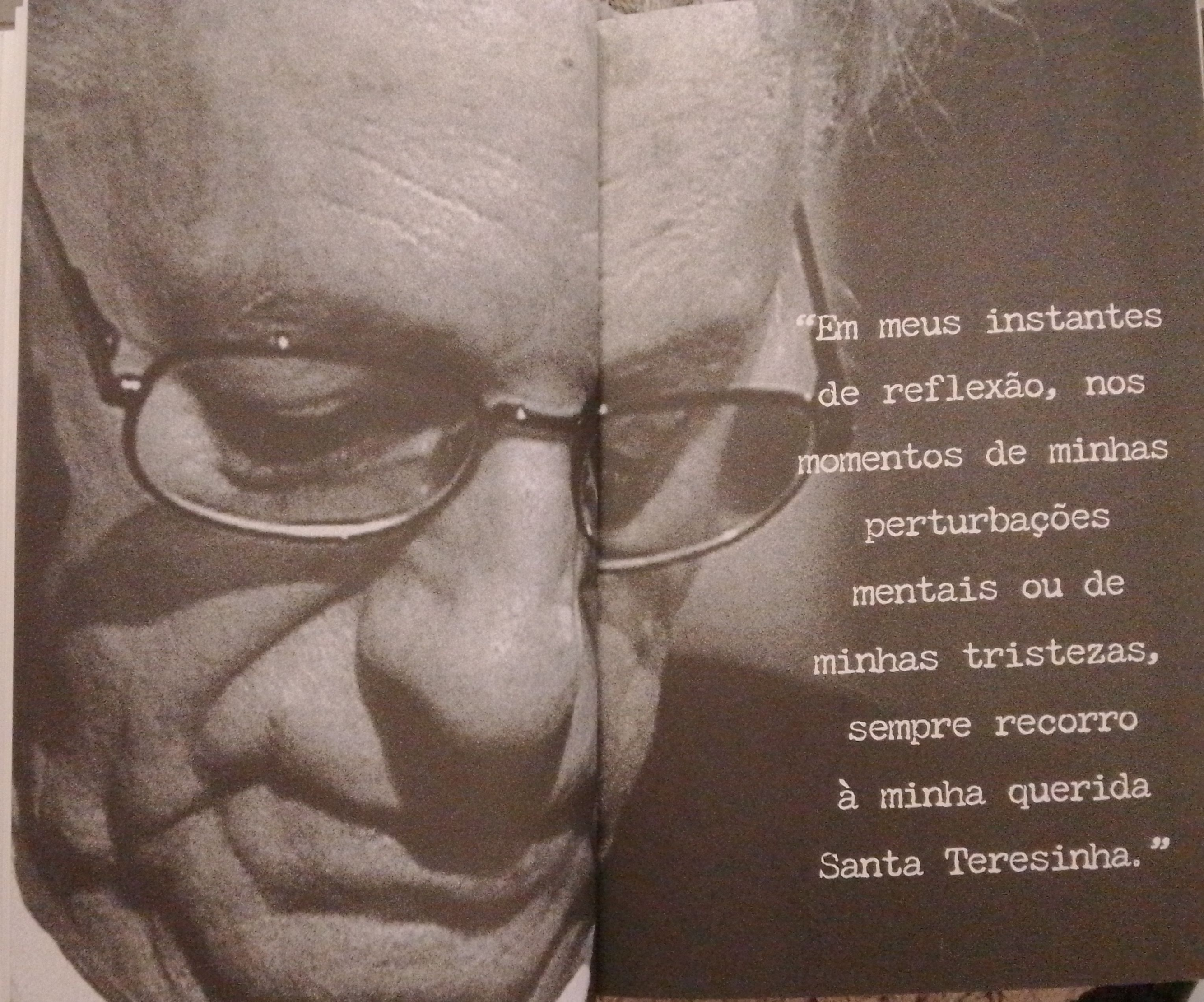
O que levou o senhor, então, a fazer a opção pelo nome de Gustavo Krause?

Em primeiro lugar, eu acreditava nos nomes que escolhi. Em segundo, havia uma dificuldade para formar a equipe. Não era fácil formar a equipe de um governo que iria "cair" 48 horas depois. Se eu o convidasse, não sei se o senhor aceitaria...

É verdade que o senhor nomeou Fernando Henrique Cardoso ministro da Fazenda, no Diário Oficial, *sem que ele tivesse aceitado o convite?*

Eu tinha enfrentado uma crise, triste, para mim: a destituição do ministro Eliseu Resende, às duas e meia da madrugada, quando eu disse a ele o que pensava em relação ao problema discutido no Senado da República. Peguei o telefone: "Fernando, estou com necessidade de um ministro da Fazenda. Vejo que você, apesar de sociólogo, tem as qualificações para assumir neste momento..." Diga-se de passagem que nós nos dávamos muito bem na época. Disse a Fernando: "Se você pudesse assumir o ministério da Fazenda..." Fernando Henrique não me disse nem sim nem não. Ficou de pensar. Mas resolvi publicar a nomeação. Se ele não quisesse, eu teria revogado.

Isso foi uma maneira de forçá-lo a aceitar?

Fez bem a ele.

Por que o senhor virou adversário de Fernando Henrique Cardoso, um político que escolheu para ministro – primeiro, para a pasta das Relações Exteriores e, por fim, para a da Fazenda?

Não virei adversário do presidente Fernando Henrique Cardoso. Conheci Fernando Henrique Cardoso no Senado. Fomos bons amigos. Tivemos uma boa convivência. Com toda a inteligência e todo o brilhantismo que ele tem, fui o primeiro presidente a fazê-lo ministro de Estado. Vamos recordar: fui o primeiro presidente a fazer Fernando Henrique Cardoso ministro.

Sem qualquer crítica, sob minha ótica, Fernando mudou muito dos tempos de Senado e de presidente da República. Logo depois de eleito presidente da República, ainda não tinha mudado, mas, em seguida, mudou. É hoje um homem que pensa que inventou a democracia. Pensa que inventou o Plano Real.

Quanto ao Plano Real, não há problema: ele pode ficar lá. Mas inventar a democracia... Para mim, ele se tornou – me perdoe, presidente Fernando – arrogante. Não era o Fernando que conheci no Senado ou que conheci como meu ministro das Relações Exteriores. Isso fez com que me afastasse. Fernando Henrique, com certeza, também se afasta. Nós conversamos, mas não temos, infelizmente, a amizade e a consideração que um ministro deveria ter para com o presidente que o escolheu. Um presidente que o fez presidente. Fui um presidente que o ajudou. Não digo que o tenha feito presidente, mas o ajudei a chegar à presidência da República. Dizem: "Mas ele mandou você para Lisboa..." *(Quando chegou à presidência, Fernando Henrique Cardoso indicou Itamar Franco embaixador em Portugal.)* Mas o presidente Fernando ainda era diferente quando me

"Em meus instantes
de reflexão, nos
momentos de minhas
perturbações
mentais ou de
minhas tristezas,
sempre recorro
à minha querida
Santa Teresinha."

mandou para Lisboa. Hoje, as coisas passaram. Quando a gente deixa as aberturas se alargarem, torna-se difícil, depois, estabelecer uma ponte.

Se um candidato a presidente lhe repetisse o convite que Collor fez, para ser companheiro de chapa, o senhor aceitaria?

Não. Não voltaria à presidência. Custei a aceitar o convite para ser vice. O senador Ney Maranhão levou uns trinta dias insistindo, assim como Daniel Tourinho. Por formação técnica, sou um sujeito pragmático. Não sofro, portanto, por antecedência. Não penso no que, por enquanto, é irrealizável.

Qual foi o primeiro presidente que o senhor viu pessoalmente? Que impressão o senhor guardou?

Vi o presidente Getúlio Vargas de longe, quando era menino, em Juiz de Fora. Quando ainda era estudante do Colégio Granbery, vi o ministro da Educação de Vargas, Gustavo Capanema, de quem tive a oportunidade de ser colega no Senado, nos anos 1970.

O presidente Vargas vi de longe. Ao acompanhar, depois, toda a evolução do governo, a gente notava o nacionalismo de Vargas. O período em que ele foi mais democrata foi o que mais me entusiasmou: ali, ele foi praticamente chamado para conduzir de novo o Brasil. Assim, o presidente Vargas me impressionou.

Mas o presidente de quem estive perto e com quem pude conversar e trocar idéias, inclusive na véspera de minha eleição para o Senado, em 1974, foi Juscelino Kubitschek. Sempre me pareceu um homem de fé. Era, sobretudo, um homem que sabia perdoar. Tinha, sobre o Brasil, uma visão que, além de ser democrática, apontava para o futuro. Basta ver o que Brasília é hoje e o que representa para todos nós.

Quando digo que o presidente sabia perdoar, estou lembrando

que ele tinha um coração boníssimo. É o que fui aprendendo – ainda mais – nos contatos que tive com dona Sarah Kubitschek, depois do falecimento do presidente. Eu me lembro de que ela tornou a visitar o Palácio da Alvorada, o que há anos não fazia. Todos vamos lembrar, sobretudo quem é da minha geração, que o presidente Kubitschek sofreu, logo de pronto, uma revolta de oficiais da Aeronáutica. O presidente os perdoou. Os revoltosos chegaram a ser promovidos. Depois, chegaram a altos postos da Força Aérea.

Que papel a fé em Santa Terezinha teve na vida do senhor?

Sou devoto de Santa Terezinha porque minha mãe me fez ser, desde neném. Hoje tenho, além da santa, a Cruz dos Monges *(exibe a medalha)*. Em meus instantes de reflexão, nos momentos de minhas perturbações mentais ou de minhas tristezas, sempre recorro a minha querida Santa Terezinha. Já fui visitá-la em Lisieux *(França, local de nascimento da irmã carmelita canonizada pela Igreja)*. Fiz questão de ir. Todas as vezes que puder, voltarei. Em Roma, custei a descobrir a Igreja de Santa Terezinha, minha santa de devoção. Há quem ache que eu deveria ter escolhido outra santa, mas sou fiel a ela.

O senhor atribui a ela algum papel na ascensão que experimentou na carreira política?

O vocábulo é forte, mas atribuo a Santa Teresinha o meu desvirtuamento. Fui um homem formado em carreira técnica. Meus amigos costumam brincar: dizem que Santa Terezinha é que me desviou para a política desde cedo, desde a época dos diretórios acadêmicos. Lá fui eu para a política. Deixei minha bela carreira: eu era engenheiro civil eletrotécnico. Quem sabe, devo esse desvirtuamento, entre aspas, à minha querida santa.

O senhor é tido como um homem de pavio curto. Isso é bom ou ruim para um presidente da República?

Meu pavio é adequado para um presidente da República: nem curto, nem muito longo.

Há controvérsias sobre a data e o local de nascimento do senhor. Afinal de contas, quando e onde o senhor nasceu?

Controversa é gente que nasce em trem... O doutor Magalhães Pinto (*ex-senador e ex-governador de Minas Gerais*) foi quem me alertou: "Itamar, você sabe que nasceu no litoral da Bahia?" Pelo seguinte: meu pai, formado em engenharia em Juiz de Fora, foi um dos fundadores da Escola de Engenharia da cidade. Era mineiro de Juiz de Fora. Minha mãe era mineira de São João Nepomuceno. Casaram-se. Meu pai foi, então, trabalhar na Bahia, onde faleceu aos 30 e poucos anos de idade. Magalhães Pinto, não sei por quê, sabia bem de minha história. Talvez porque fosse casado com uma senhora que era aqui de perto.

A versão que corre – se é verdade, nunca procurei – é interessante: dá o meu nascimento num navio. Coincidência ou não, recebi do pessoal do Lloyd Brasileiro uma miniatura de embarcação, como se fosse o navio em que eu havia nascido. Nunca me importei. O importante é que lembro Descartes: penso, logo existo. Nunca discuti. Mas meu registro data de 1930. Se há outro registro, não sei.

Sua mãe lhe dizia que o senhor tinha nascido no navio?

Preciso lhe dizer: há uma diferença entre minha vida e a dos que aportam em Juiz de Fora, onde são bem recebidos pelos mineiros. Vou recordar, porque é importante para mim: meu pai, mineiro de Juiz de Fora, aqui fez a vida. Aqui se formou. Daqui partiu para não voltar. Minha mãe era filha de imigrantes. O pai,

sapateiro, tinha vindo da Itália. Ficou em São João Nepomuceno, uma cidadezinha muito querida para mim. Minha mãe nasceu em um distrito chamado Taruaçu. Conheceu meu pai em Juiz de Fora. Quando ficaram noivos, compraram uma casa numa rua chamada Sampaio. Casaram-se, foram embora. Minha mãe emprestou a casa a um irmão, que era italiano. Depois do falecimento do meu pai, minha mãe terminou voltando para essa casa, onde, praticamente, morreu.

Em um debate na Assembléia Legislativa de Minas, um sujeito começou a me provocar. Eu tinha um paviozinho curto. Hoje, já não tenho. O meu pavio é normal. Posso brincar? Vou contar: o sujeito, um reporterzinho chato, começou a me chatear. Aliás, repórter, comigo, é sempre complicado. Começou: "O senhor não nasceu em Minas!" Perguntei a ele: "Onde é que o senhor nasceu?" E ele: "Nasci no estado do Rio". Eu: "Ah, o senhor nasceu no estado do Rio! O senhor sabe o nome da cidade?" Ele: "Prefiro dizer que nasci aqui, em Belo Horizonte..." "Tudo bem, respeito", eu disse. E ele: "O senhor também não nasceu em Minas..." Respondi: "Não. Dizem que nasci num navio, mas fui registrado, realmente, na Bahia. Não posso mentir. Mas vou lhe dizer uma coisa, moço. Tenho uma diferença muito grande em relação ao senhor. É que eu vim de pinto e de barriga mineira!"

O fato de uma modelo ter sido fotografada ao lado do senhor, numa pose indiscreta, foi o momento mais constrangedor que o senhor viveu como presidente da República?

Aquele foi o momento mais constrangedor. Mas se aquela modelo entrou no camarote, pergunto: eu poderia pôr um espelho embaixo, para verificar se a pessoa estava nua? Não tinha jeito! Não podia fazer. Ou podia pôr um espelhinho? Se soubesse, talvez pusesse, sim, um espelho grande, para ver quem estava

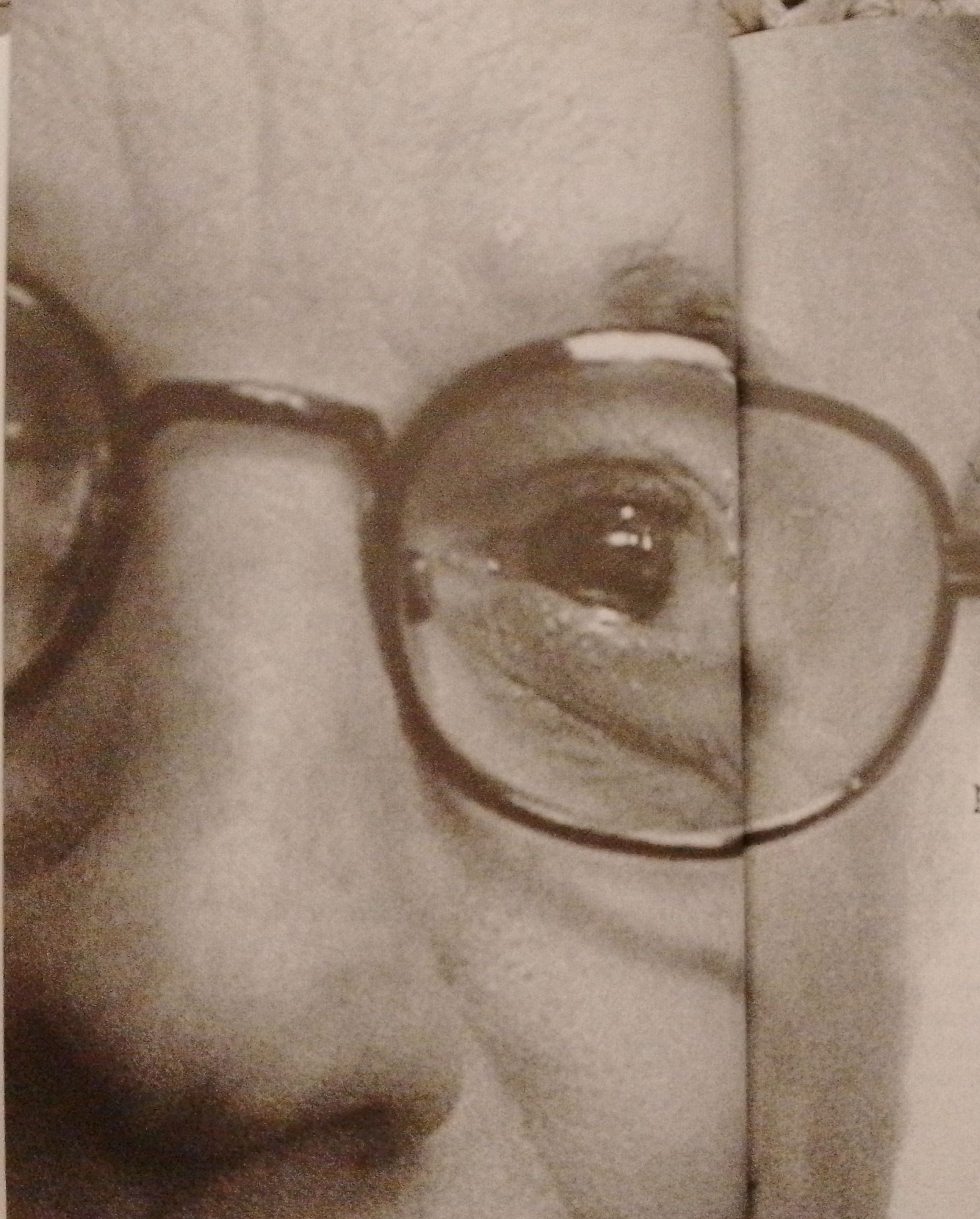
sem calça ou com calça... Mas aquele foi um momento de muito constrangimento. *(Depois de ter desfilado no Sambódromo, no Rio de Janeiro, a modelo Lilian Ramos posou ao lado do presidente vestindo apenas uma camiseta curta sobre o corpo nu – os flagrantes registrados pelos fotógrafos, postados abaixo do camarote, correram o mundo nos dias seguintes.)*

Não sei se ele se recorda, mas fui o primeiro governador de estado a fazer a campanha do então candidato Lula. Logo que assumi o governo, nós o lançamos, em Ouro Preto. Nem candidato ele era. Depois, ao longo do meu mandato de governador, defendi a candidatura do hoje presidente Lula, junto com José Dirceu, a quem quero muito bem. Fui igualmente o único governador que esteve presente ao último comício de Lula, em São Bernardo do Campo, quando ele se debulhou em lágrimas. Também emocionado, deixei as lágrimas caírem, debaixo da chuva. Não sei se o presidente Lula se recorda, mas ele chegou perto de mim e disse: "Itamar, o que é que você quer?" Resolveu me mandar para a embaixada do Brasil na Itália. Pela afetividade, por ligações familiares lá, aceitei, mas com receio exatamente do problema que já tinha acontecido. *(Logo depois de ganhar fama instantânea, em 1995 Lilian Ramos passou a viver justamente em Roma.)* Fiquei bastante preocupado.

A foto da modelo, tirada durante um desfile de carnaval, comprometeu de alguma maneira a imagem presidencial?

Tenho a impressão de que não, porque eu estava ali inocentemente. Não convidei a modelo para ir ao meu camarote. Como disse, para saber se ela estava de calcinha, eu teria de pôr um espelho por baixo – ou, então, levantar a saia, o que eu não faria. Mas aconteceu de ela estar sem a calcinha. Não se pode ter medo de dizer que ela estava sem calcinha, porque ela estava, sim. É o que se verificou, depois. Mas repito que ela não foi convidada por mim. Alguém a colocou lá, alguém que se aproveitou de um descuido qualquer. Meu processo de liberdade, em que não me rodeio de muita segurança e deixo as coisas acontecerem, às vezes pode ser um erro. Alguém introduziu a modelo ali, maldosamente. Afinal, ninguém entra sem roupa num camarote, sobretudo no do presidente da República.

Aquilo causou um constrangimento público ao senhor?

Ah, muito constrangimento público, muito constrangimento...

Porque a foto teve até repercussão internacional...

Teve repercussão internacional. Tentei, depois, dar um telefonema para a modelo. Queria dar o telefonema para chamá-la e enquadrá-la. Tive de usar outro artifício, mas ela entendeu diferente. Terminou gravando o telefonema. O episódio causou um constrangimento internacional. Quem brincou comigo, numa determinada solenidade, foi o rei *(Juan Carlos I)* da Espanha. Havia um quadro. O rei chegou perto de mim e disse: "Meu caro Itamar, eis aí uma coisa de que você gosta..." Nós brincamos, tal a liberdade que ele tinha comigo. Mas aquilo me custou caro – um banzé danado. Eu é que fui prejudicado, porque todo mundo se beneficiou.

Uma reportagem registra que o senhor, na presidência, estava andando, à noite, pelo jardim do palácio. Um sentinela, que não o reconheceu no escuro, teria derrubado o senhor. É verdade?

Não. Mas eu andava muito ali. Ia muito ao cinema sozinho. Namorava uma moça. Os seguranças ficavam alertas. Mas, graças a Deus, nenhum sentinela me derrubou...

"O papa me
olhou rapidamente
nos olhos. Pude
ver que ali estava
um homem que
demonstrava, no
olhar, uma
profunda tristeza."

Que personalidade nacional ou estrangeira decepcionou o senhor na presidência?

De personalidade nacional não quero falar, porque eu poderia levantar uma celeuma que não me interessa nesse instante. Entre as personalidades estrangeiras, não me recordo de nenhuma que tenha me decepcionado. Sempre respeitei a personalidade e o modo de dirigir dos governantes. A gente aprende que não se deve interferir na gestão desse ou daquele presidente. Ao contrário. Mas houve duas figuras que me impressionaram. Uma pertence ao campo da religião. Pode-se até discordar da linha que ele seguia. Não quero debater a doutrina social da Igreja. Mas devo dizer que o papa João Paulo II me impressionou. Considero-o um peregrino da paz. Fiquei impressionado com a peregrinação que ele fez por uma paz que, infelizmente, até hoje, no século XXI, não conseguimos.

Hoje, vejo falar das relações entre Brasil e Venezuela. Mas Brasil e Venezuela, em minha época na presidência, estavam de costas um para o outro. Fui o primeiro a visitar o presidente da Venezuela, Rafael Caldeira, depois que ele foi eleito. Vi que ele tinha um amor grande pelo Brasil. Ali, foi possível fazer com que Venezuela e Brasil voltassem a ter amizade. A aproximação foi tão grande que o presidente Rafael Caldeira tornou-se um dos primeiros presidentes a defender a entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

São figuras que me impressionaram. O presidente Rafael Caldeira, pela simplicidade, pelo bem querer em relação ao Brasil e por seus desejos democratas. O papa João Paulo II, por ser um peregrino da paz, uma figura notável.

Tive três encontros com o papa. Dois encontros ocorreram aqui no Brasil. Um ocorreu em Roma, quando o presidente Lula me pediu que o representasse no Jubileu do Papa *(em 2003)*. Fui um dos 16 que puderam cumprimentá-lo. O papa já estava doente. A gente

seguia todo o drama pessoal não do papa em si, mas daquela figura humana. Ao me ajoelhar para pegar na mão de João Paulo II e olhar para a face daquele homem, me emocionei bastante. Quando disse que era brasileiro, ele respondeu: "Oh, brasileiro". Olhou-me rapidamente nos olhos. Pude ver que ali estava um homem que claramente demonstrava, no olhar, uma tristeza profunda.

O senhor recebeu alguma ameaça – não divulgada – de atentado?

Se outros receberam, nunca recebi. Graças a Deus, até hoje ando na rua sozinho: nunca sofri nenhuma agressão. O sujeito pode até olhar e achar que não gosta de mim, mas caminho tranqüilo, porque creio que fiz, sobretudo, um governo de paz, que tentou buscar e dar ao País aquilo que o Brasil havia perdido: o ufanismo e o desejo de ser uma grande nação. Não falo da grande nação que buscaríamos ser no cenário mundial, mas de uma nação que fosse destinada, sobretudo socialmente, aos mais pobres e aos mais necessitados. Se não fez tudo, nosso governo criou, pelo menos, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, com Dom Mauro Morelli – um grande passo para que se descobrisse que precisávamos avançar socialmente no campo de combate à pobreza absoluta.

O senhor ocupou praticamente todos os cargos da hierarquia política – de postos municipais até a presidência da República. Ainda sonha em um dia voltar à presidência?

Não. Nunca mais sonhei. Não tenho a veleidade de voltar à presidência. O sonho de voltar à presidência da República não me perturba porque não o tenho. Que a gente possa sempre escolher um presidente que veja os problemas sociais, defenda os interesses nacionais e, sobretudo, mantenha o País em um estado de direito. É o que desejo.

Três ex-presidentes estão escrevendo livros de memórias: José Sarney, Fernando Collor e Fernando Henrique. Quando o ex-presidente Itamar Franco vai se animar a escrever suas memórias?

Um dia, um dia. Quem sabe, depois de ler as verdades ou as mentiras que eu possa encontrar nesses livros, eu possa também escrever minhas verdade e minhas mentiras. Porque eu também as tenho. É bom que eles se lembrem.

Quem foi o melhor e quem foi o pior presidente que o Brasil já teve?

Não poderíamos dizer que esse foi o melhor, aquele foi o pior. Cada um teve um aspecto. Vou dar um exemplo: nosso querido Arthur Bernardes *(presidente entre 1922 e 1926)* governou o tempo todo em estado de sítio, por razões da época. Mas o que representou Arthur Bernardes? Nós estamos sentindo agora! Aliás, depois de ter sido presidente, ele teve a grandeza de vir a ser deputado. Bernardes foi o homem que defendeu a Amazônia. Combateu a Hiléia Amazônica. *(Como parlamentar, o ex-presidente Bernardes comandou a reação contra a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, aprovada pela Unesco em 1947.)*

Por incrível que pareça, a idéia surgiu em Paris, na Unesco, com o apoio de embaixador de carreira do Brasil e de 58 nações que defendiam a internacionalização da Amazônia. Em pronunciamento na Câmara dos Deputados, Arthur Bernardes defendeu a Amazônia. O que nós assistimos agora? O homem que, contra um brasileiro, foi eleito para a Organização Mundial do Comércio, o francês Pascal Lamy, vem me dizer: "Nós temos de olhar a Amazônia..." *(Em maio de 2005, Lamy foi escolhido pelos 148 membros da OMC: venceu o diplomata brasileiro Luiz Felipe de Seixas Corrêa na disputa pela direção geral.)* Dá a entender que a Amazônia deveria ser internacionalizada. Temos de estar, então, atentos ao problema da Amazônia.

Não se pode dizer quem foi o melhor ou o pior presidente. É um engano. Penso diferente: cada um de nós, na verdade, representa a somatória dos que nos antecederam. Posso, por exemplo, avançar. O outro que vier depois avançará mais. A obrigação é avançar mais, fazer mais, corrigir erros. Não é dizer "fui o melhor, fui o pior". Cada um de nós deve dizer: "Fiz minha parte, dentro das condições, dentro da minha realidade, dentro do que me foi possível".

Sejamos bons ou péssimos administradores, o que não podemos perder é a defesa dos interesses nacionais: ninguém, ninguém pode deixar de defender, em um Brasil como o nosso, os interesses do País. Que o povo dê resposta nas urnas aos que não defenderem.

Que lição o senhor aprendeu com o ex-prefeito de Juiz de Fora que mandou instalar um espelho atrás da mesa, para que todo mundo que entrasse na sala para reclamar ficasse olhando para a própria imagem?

Aprendi muito com esse prefeito, não só porque ele instalou o espelho. Costumo dizer o seguinte: a melhor coisa da vida da gente é ser prefeito. Vou dizer por quê: quando estava na Prefeitura de Juiz de Fora, vi como o prefeito tem contato de perto com a população. Quando vê você em uma fila de cinema, o sujeito vem e reclama de um problema: "O senhor tem de dar um jeito!" O outro pede abastecimento de água, o terceiro pede esgoto. O prefeito é, então, um homem que, a todo instante, defronta com a população. Aprendi uma coisa interessante: saber olhar nos olhos das pessoas. A prefeitura é que me ensinou. Posso errar, mas, na maioria das vezes, tenho acertado.

Um antigo prefeito de Juiz de Fora resolveu pôr um espelho no gabinete. Pelo seguinte: naquela época, antes até de 1930, as pes-

soas tinham fácil acesso ao prefeito. O sujeito chegava ao gabinete do prefeito protestando. De repente, quando via a própria imagem refletida no espelho atrás da mesa do prefeito, o cidadão que estava protestando começava a acertar a gravata e puxar o paletó. As mulheres também: começavam logo a puxar o cabelo e até a passar batom. O prefeito aprendeu com aquilo. Deu certo para ele.

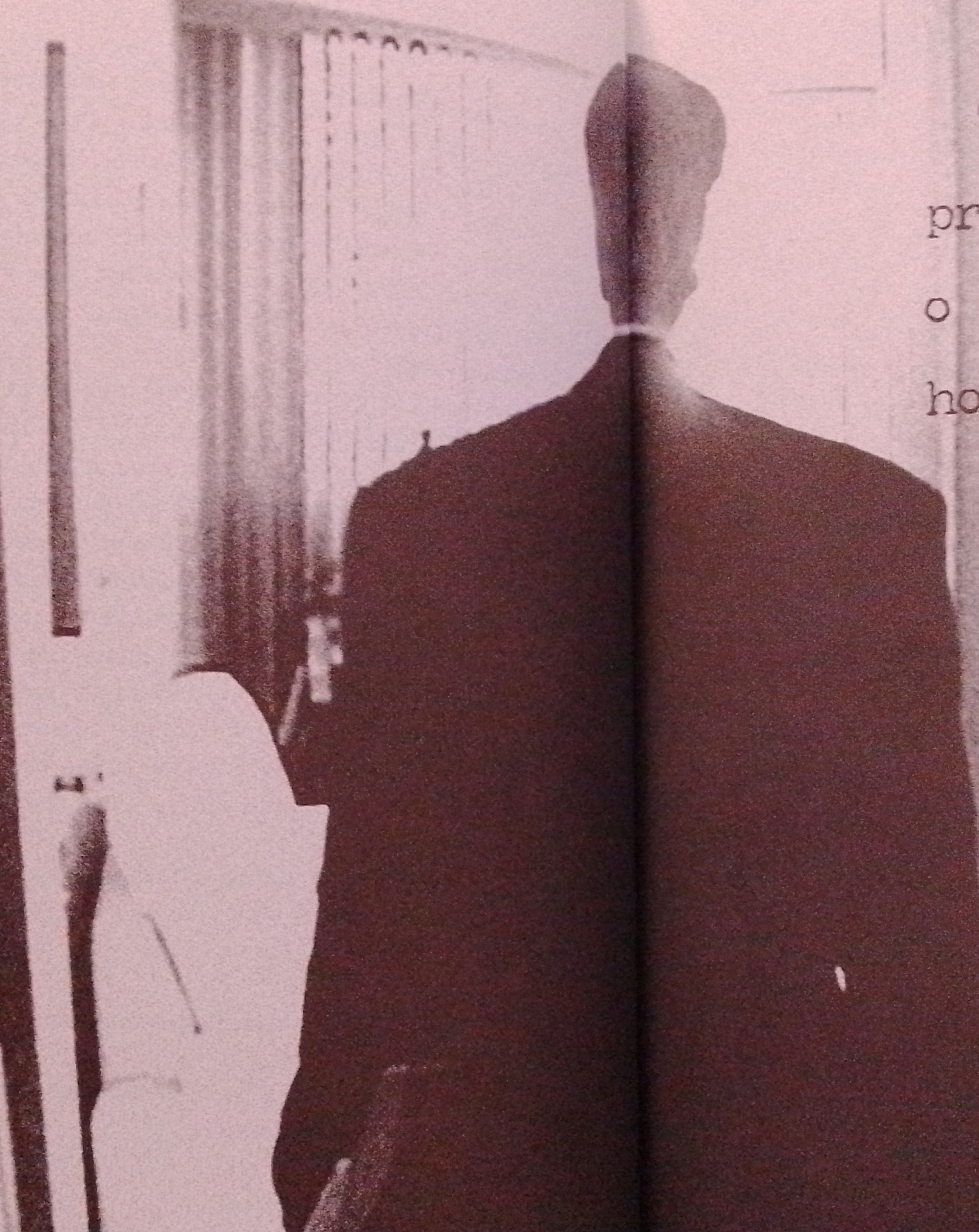
Vivi um fato interessante quando fui nomeado para o Serviço de Água e Esgoto da prefeitura, que funcionava em uma salinha de dois metros por dois metros. Como era engenheiro, fui nomeado para o cargo. De repente, escuto uma gritaria na porta do gabinete. Era um grupo de senhoras, algumas jovens, outras, mais velhas. Uma gritaria: "Temos de falar com o engenheiro!" Digo: "Sou eu o engenheiro. O que foi que houve?" E as mulheres: "O homem não fez a obra! Nós avançamos para cima. Íamos bater! O senhor sabe por que não demos nele? Porque ele ficou pelado!" Para não apanhar das mulheres, ele tirou a roupa completamente! Naquela época, ainda se levava susto com homem pelado...

O senhor, que sempre foi um homem muito nacionalista...

(*Interrompendo*)... Como sou criticado por ser nacionalista! A coisa é braba, a coisa é braba!

Chegou a se incomodar com alguma eventual interferência de governos estrangeiros em assuntos internos do Brasil?

Quero dizer o seguinte: quando fui governador, tive uma luta muito grande – acredito que o povo mineiro vai reconhecer – em defesa da Cemig (*Companhia Energética de Minas Gerais*). Já haviam vendido a Cemig para a tal firma AES (*grupo norte-americano que assumiu o controle da companhia, em modelo de privatização que foi contestado por Itamar ao assumir o governo de Minas*). Nem sei se é AES, porque, vai pra lá, vem pra cá, ela mudava de

nome. Eu até me surpreendi agora, quando vi a empresa com dificuldades no estado de São Paulo. Quando já não estava no governo de Minas, vi o BNDES (*Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social*) favorecer essa AES: não poderia favorecer, porque conhecia os procedimentos adotados. Mas, felizmente, eis aí a Cemig. O governo de Minas pode apoiá-la. Como governador, numa época em que o Brasil não construía usinas, construímos seis.

Tive também a luta de Furnas. De repente, quando eu era governador, ouço: "Vão privatizar Furnas". Falei: "Ah, não vão, não!" Nós não inventamos nada: já estava programado um exercício da Polícia Militar no município de Capitólio. Fizemos um exercício. (*A Polícia Militar mineira fez uma série de manobras às margens da represa, o que foi tido como uma demonstração do fervor "bélico" com que o então governador Itamar Franco se opunha aos planos de privatização da usina.*) O que temos hoje? Furnas bem dirigida pelo engenheiro José Pedro Rodrigues de Oliveira, bela figura, um dos homens que mais conhecem o sistema de energia no Brasil. Furnas é nossa. Mas perdemos várias, perdemos a Usiminas. Nem vou enumerar, para não criar problemas. Mas Furnas, não.

Agora, o que dizem? "É retrógrado, é dinossauro". Posso ser retrógrado, posso ser dinossauro – mas vou morrer feliz sabendo que a Cemig e, sobretudo, essa grande Furnas, estão aí.

Como o senhor definiria o presidente Itamar Franco em uma só palavra?

Em uma só palavra é difícil... Patriota! Um homem que lutou a vida toda pela probidade. Um democrata.

“Em um regime
presidencialista,
o presidente é um
homem solitário.”